

A IMPORTANCIA DA ANALISE FINANCEIRA NA TOMADA DE DECISÃO.

Eli T. Biscaro – Faculdade Sociesc de Blumenau – eli.biscaro@unisociesc.com.br

Andressa Caetano Fischer – Faculdade Sociesc de Blumenau – andsfischer@gmail.com

RESUMO: Sabe-se que a contabilidade nasceu há muito tempo com o intuito controlar o patrimônio de uma entidade, contabilizando ganhos, quantificando recebimentos, controlando contas, buscando um equilíbrio nas finanças. Mesmo que, para pequenos empreendimentos era essencial apresentar demonstrativos do estado financeiro desses comércios (mercados, farmácias, padarias, etc.), ou até mesmo de um grupo familiar. Atualmente fechamentos contábeis além de apurar impostos e alimentar órgãos públicos com inúmeras obrigações das movimentações de uma instituição, também documenta e registra as informações das transações financeiras e fiscais ocorridas no passado, porém através desses registros, é possível realizar análises que possam determinar o futuro dela. O seguinte artigo tem como foco a ferramenta da análise financeira para a tomada de decisões de gestores e investidores, salientando se através dos índices econômicos financeiros, mais precisamente o índice de endividamento, que nos alimenta de dados de passivos ocorridos e futuros, potencializando assim as deliberações de empresários. Será que somente com esse índice é possível determinar o futuro de uma organização? Ou como ela deve se comportar para que se possua uma balança financeira equilibrada, reduza seus custos ou realize grandes investimentos.

PALAVRAS-CHAVE: Contabilidade, Índices financeiros, Análise, Balanço Financeiro e Índices de Endividamento.

ABSTRACT: It is known that accounting was born long ago to control the assets of an entity, accounting for earnings, quantifying receipts, controlling accounts, seeking a balance in finances. Even if, for small enterprises, it was essential to present financial statements of these trades (markets, pharmacies, bakeries, etc.), or even a family group. Currently accounting closures in addition to taxing and feeding public bodies with numerous obligations of the movements of an institution, also documents and records the information of financial and tax transactions occurred in the past, but through these records, it is possible to carry out analyzes that may determine the future of it. The following article focuses on the financial analysis tool for the decision-making of managers and investors, highlighting whether through financial economic indexes, more precisely, the indebtedness index, which feeds us with data on past and future liabilities, deliberations of entrepreneurs. Is it possible to determine the future of an organization with this index alone? Or how it must behave in order to have a balanced financial account, reduce its costs or make large investments.

KEY-WORDS: Accounting, Financial Ratios, Analysis, Financial Balance and Indebtedness Indices.

1 INTRODUÇÃO

Com o cenário político e econômico em crise, tornou-se dificultoso manter as organizações ativas atingindo a sua melhor performance; as altas cargas tributárias, concorrência competitiva, altos custos de fabricação, preços de vendas abaixo do mercado e burocratização excessiva, estabelecer-se e manter-se no mercado se tornou um grande desafio para os empresários, exige que as tomadas de decisões sejam meticulosamente cuidadosas e precisas, para que cada passo não seja traiçoeiro e uma empresa vá a declínio em um curto período de tempo, quase que uma rasteira, por isso é necessário estar munido de informações e preparado para qualquer reação da economia e da comercialização.

A contabilidade dispõe de várias ferramentas para auxiliar as organizações nesse processo, em meio a tantas análises qual é o melhor método, qual determinante pode definir que decisão tomar. Análises verticais, horizontais, índices econômicos financeiros, índices de rentabilidade. Qual dessas ferramentas são capazes de fornecer informações precisas para os desafios do mercado.

Para isso é necessário compreender esses demonstrativos, minuciosamente e entender quais devem ser levados em consideração, para as mais diversas escolhas que possam ser determinantes para os seus gestores, qual o índice será decisivo.

Para entender como a análise financeira é importante, seja ela realizada para levantar dados ou viabilizar projetos, existe três ferramentas empresariais básicas, que fornecem inúmeras informações sobre a empresa, desde que sejam registradas e interpretadas adequadamente.

Dessa forma, o presente artigo pretende responder a seguinte questão: Como a análise financeira contribuiu efetivamente como ferramenta na tomada de decisão na empresa SOL? Este artigo terá como objetivo geral verificar se a análise financeira contribui efetivamente como ferramenta na tomada de decisão na empresa SOL.

Portanto, do objetivo geral depreende-se os seguintes objetivos específicos: a) desenvolver o referencial teórico relativo à questão em estudo, b) levantar dados para efetuar a análise financeira; c) demonstrar até onde que a análise financeira contribui para que os gestores possam tomar decisões.

2 REVISÃO DE LITERATURA

Este tópico tem como objetivo desenvolver o referencial teórico, fundamentando a ideia de diversos autores e na legislação vigente.

2.1 GESTÃO FINANCEIRA

Em um mercado financeiro cada vez mais complexo e competitivo, onde as empresas estão inseridas de maneira peculiar, o gestor financeiro tem um papel cada vez mais importante dentro de uma empresa, principalmente, empresa de pequeno e médio porte.

Partindo desse prisma divide-se a gestão financeira, em dois vértices: gestão operacional e gestão estratégica. Entende-se aqui gestão, como processos administrativos que influenciarão no controle, decisão e execução de qualquer trabalho ou tarefa. A gestão operacional resume-se ao controle das movimentações monetárias realizadas pela empresa. A entrada e saída de recursos. Sendo assim, todo o departamento financeiro das empresas pode ser dividido em células.

A gestão financeira é um conjunto de ações e procedimentos administrativos que envolvem o planejamento, a análise e o controle das atividades financeiras da empresa. O Objetivo é melhorar os resultados apresentados pela empresa e aumentar o valor do patrimônio por meio da geração de lucro líquido. No entanto é muito comum que empresas deixem de realizar uma adequada gestão financeira. Muitas vezes, as atividades são iniciadas com pequena dimensão e, conforme os negócios se desenvolvem. (OLIVEIRA, PEREZ JR., SILVA 2005)

O gestor é o responsável pela identificação, mensuração e controladoria do processo financeiro com uma missão, funções e princípios norteadores definidos do modelo da gestão do sistema da empresa e como uma área de conhecimento humano com fundamentos, conceitos princípios e métodos oriundos de outras ciências.

De acordo com Oliveira, Perez Jr., Silva (2005), o termo Gestão deriva do latim gestione e significa gerir, gerência, administração. Administrar é planejar, organizar, dirigir e controlar recursos, visando atingir determinado objetivo. Gerir é fazer as coisas acontecerem e conduzir a organização para seus objetivos. Portanto, Gestão é o ato de conduzir para a obtenção dos resultados desejados. Uma boa gestão leva em conta a controladoria, a contabilidade gerencial e a contabilidade financeira.

Segundo Nascimento; Reginato (2007), a função da controladoria é apoiar o processo de decisão através de sistemas de informações que possibilitem o controle operacional, visando o monitoramento das atividades da empresa. De acordo com Atkinson et al. (2008), contabilidade gerencial é processo de produção de informações financeiras e operacionais para funcionários e gerentes.

O processo deve ser orientado pelas necessidades de informação interna e deve dirigir suas decisões operacionais e de investimentos. Ainda segundo o autor acima citado, contabilidade financeira é o processo de geração de demonstrativos financeiros para públicos externos, como acionistas, credores e autoridades governamentais. Esse processo é fortemente limitado por autoridades governamentais que definem padrões, regulamentações e impostos, além de exigir o parecer de auditores independentes (contrasta com a contabilidade gerencial).

A administração das operações financeiras de uma empresa envolve muitas atividades diferentes, como planejamento, operações e análises financeiras, operações de tesouraria (captação de fundos e gestão de caixa), planejamento fiscal e diversas outras que, como pode ser observado, envolvem tomada de decisões constantes. Por isso, é importante que se conheça as mais diversas formas de análise, a fim de que o administrador possa definir e adaptar a forma mais adequada à realidade de sua empresa.

A análise das demonstrações financeiras exige conhecimento do que representa cada conta que nelas figura. Há uma infinidade de contas decorrentes de inúmeras operações realizadas por empresas das mais diferentes atividades. Mesmo o exame das operações de uma simples empresa comercial revela enorme profusão de contas, e sem uma noção do que estas representam, a interpretação das demonstrações financeiras fica prejudicada.

2.2 DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS

O objetivo das demonstrações contábeis é fornecer informações sobre a posição patrimonial e financeira, o desempenho e as mudanças na posição financeira da entidade, que sejam úteis a um grande número de usuários em suas avaliações e tomadas de decisão econômica.

A lei 6404/76 alterada pela lei 11.638/2007 prevê como demonstrações financeiras obrigatórias as seguintes:

- a) Balanço patrimonial;
- b) Demonstração de lucros ou prejuízos acumulados;
- c) A demonstração do resultado do exercício;
- d) Demonstrações do fluxo de caixa;
- e) Demonstração do valor adicionado;

Para reduzir abrangência e tratar com detalhes a análise financeira será utilizada a demonstração contábil; Balanço Patrimonial.

2.2.1 Balanço Patrimonial

Considerada uma das mais importantes demonstrações contábeis, o balanço patrimonial tem a função de demonstrar a situação patrimonial da organização, na forma de, como o próprio nome denomina, um balanço, composto por duas colunas, uma representando o ativo total no lado esquerdo, e a outra o passivo total, mais patrimônio líquido no lado direito, sendo que os seus totais devem se igualar. Permitem visualizar de uma maneira ampla, quais são as obrigações ainda previstas, quanto tempo essa obrigação pode durar ou até mesmo se os recursos disponíveis suprem as obrigações.

O demonstrativo ideal para encontrarmos o status financeiro em um período específico é o balanço patrimonial, quanto maior e mais recentes as informações fornecidas, mais exato a posição dos bens, direitos, patrimônio e obrigações. (BLATT, 2001).

Padoveze e Benedicto (2011, p. 04) “O balanço patrimonial reflete a posição da empresa em um determinado momento. As demais demonstrações, a movimentação das contas patrimoniais e das operações de um determinado período. O mais conhecido é o anual, que obrigatório determinado pela legislação, tanto comercial como a fiscal. ”

Geralmente apurados anualmente, considerando os saldos do exercício anterior, o balanço patrimonial deixa situado quanto ao panorama geral da situação atual dos bens, direitos, obrigações e patrimônio da empresa.

Quadro 01 – Balanço Patrimonial

Ativo	Passivo + Patrimônio Líquido
Ativo circulante	Passivo circulante
	Passivo não circulante
• Ativo não circulante • Realizável a longo prazo • Investimentos • Imobilizado • Intangível	• Patrimônio Líquido • Capital Social • Reservas de Capital • Reservas de Lucro • (-) Ações em tesouraria • Ajuste de avaliação patrimonial • Prejuízos Acumulados

Fonte: Silva (2010, p.118)

O quadro 1, evidencia o formato do Balanço Patrimonial de acordo com a Lei 11.941/09.

2.2.2 Demonstração Do Resultado Do Exercício

Esse demonstrativo tem a função de apurar o resultado da empresa, dizendo se a organização obteve lucro ou prejuízo no final do seu exercício. De acordo com Silva (2010, p. 75) “É importante notar que, enquanto o balanço patrimonial representa a posição de uma empresa em um determinado momento a demonstração do resultado do exercício acumula as receitas, os custos e as despesas relativas a um período...”. De acordo com o CPC 26 do Comitê de Pronunciamento Técnico, aprovado pela CVM nº 676, de 2011 a Demonstração do Resultado do Exercício é constituída:

Receita Operacional Bruta: São as receitas advindas das vendas dos serviços ou produtos dependendo do ramo da sua atividade, ou seja, quanto a empresa faturou efetivamente naquele exercício.

Receita Operacional Líquida: É o faturamento bruto, deduzidos os impostos, devoluções e abatimentos. Relata Silva (2010, p. 129) “... são efetivamente a receita que ficará para empresa cobrir seus custos e despesas e para gerar lucros”.

Lucro Bruto: Pode ser definido como lucro bruto o total da receita operacional líquida, deduzidos os custos de mercadorias ou serviços vendidos.

Resultado das Atividades da Empresa: Esse resultado se dá através da dedução do lucro bruto deduzindo as despesas com vendas, administrativas, gerais, outras e receitas operacionais.

Resultados antes das despesas e receitas financeiras: Resultados das atividades da empresa aumentando ou deduzindo de acordo com o resultado da equivalência patrimonial.

Resultado antes dos tributos sobre o lucro: Obtemos esse resultado após a dedução e adição das despesas e receitas financeiras.

Resultado líquido de operações continuadas: Valor líquido após os tributos das operações decorrentes da mensuração ao valor justo menos despesas de venda ou na baixa dos

ativos ou do grupo de ativos à disposição para venda que constituem a unidade operacional descontinuada.

Lucro líquido do período: Esse é o resultado final do demonstrativo, o valor que se dá após todas as deduções. Silva (2010, p. 135) “Parte dos lucros poderá ser distribuída sob a forma de dividendos, desde que o estatuto fixe uma percentagem no lucro ou do capital, ou mesmo outro critério...”.

Quadro 02 – Demonstrativo do Resultado do Exercício

RECEITA OPERACIONAL BRUTA
- Vendas canceladas
- Abatimentos sobre as vendas
- Impostos sobre as vendas
RECEITA OPERACIONAL LIQUIDA
- Custos dos produtos, mercadorias ou serviços vendidos
LUCRO BRUTO
- Despesas com vendas
- Despesas administrativas
- Despesas Gerais
- Outras Despesas ou receitas operacionais
RESULTADO DA ATIVIDADE DA EMPRESA
+/- Resultado da equivalência Patrimonial
RESULTADO ANTES DAS DESPESAS E RECEITAS FINANCEIRAS
+/- Despesas e receitas financeiras
RESULTADO ANTES DOS TRIBUTOS SOBRE O LUCRO
+ Despesas com tributos sobre os lucros
RESULTADO LIQUIDO DAS OPERAÇÕES DESCONTINUADAS
LUCRO LIQUIDO DO PERÍODO

Fonte: CPC 26

O Quadro 2 determina o modelo da Demonstração do Resultado do Exercício, de acordo com o CPC 26.

2.3 ANÁLISE DAS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS

A análise das demonstrações contábeis é uma das principais ferramentas para auxiliar a tomada de decisão e pode ser dividida em duas categorias:

Análise Financeira: é efetuada através de indicadores para análise global e a curto, médio e longo prazo da velocidade do giro dos recursos.

Análise Econômica: utilizada para mensurar a lucratividade, a rentabilidade do capital próprio, o lucro líquido por ação e o retorno de investimentos operacionais.

Tanto a análise econômica quanto a financeira são elaboradas de acordo com a necessidade de cada usuário e interpretadas de pontos de vistas distintos. (MATARAZZO, 2010).

2.3.1 Análise Horizontal e Vertical

A principal finalidade da análise horizontal é apontar a variação de itens das demonstrações contábeis através de períodos, a fim de caracterizar tendências. A análise horizontal permite observar a evolução e o comportamento das contas que compõem as demonstrações contábeis.

A análise horizontal é feita através de índices. O índice do ano base da série é 100 e os demais valores correspondentes aos anos seguintes são calculados em relação a este referido índice. (IUDÍCIBUS, 2.009)

A análise vertical tem por objetivo determinar a relevância de cada conta em relação a um valor total. No balanço patrimonial calcula-se a participação relativa das contas, tomando-se como base o ativo total. Já na demonstração de resultados, o referencial passa a ser o valor das vendas líquidas. Ela envolve olhar para cima e para baixo nas colunas do balanço patrimonial e fazer comparações. Para demonstrações de resultado do exercício, isto representa estabelecer vendas líquidas de 100% e então calcular a porcentagem de vendas líquidas para cada custo, despesa ou outra categoria. A análise vertical possui uma sistemática de cálculo bastante simples, uma vez que consiste em fixar um período contábil como 100% e dividir os itens patrimoniais e de resultado dos demais períodos por esse período-base. (MARION, 2.009)

2.4 ANÁLISE POR ÍNDICES

A técnica de análise por meio de índices consiste em relacionar contas e grupos de contas para extrair conclusões sobre tendências e situação econômico-financeira da empresa. Para a obtenção de índices confiáveis, são necessárias algumas precauções que levem em conta a qualidade e a padronização dos métodos utilizados para a elaboração das demonstrações contábeis que podem envolver até a necessidade de reclassificação de alguns itens.

Importante destacar que o índice obtido não é a análise em si. Esta se dará a partir da obtenção de um conjunto de índices suficientes para se fazer a interpretação da demonstração que está sendo analisada.

Os índices são divididos em **Financeiros** e **Econômicos**.

Os Índices **Financeiros** são aqueles que evidenciam a situação financeira da empresa e estão subdivididos em:

Índices de Liquidez: procuram evidenciar a condição da empresa em pagar suas obrigações com terceiros, ou seja, saldar suas dívidas. Estão divididos em:

a) Liquidez Geral: tem por objetivo indicar a relação ampla da capacidade de a empresa pagar todos os seus compromissos, sem ter que lançar mão dos valores representativos do seu ativo permanente. Para efeito de análise, quanto maior este índice, melhor para a segurança do credor.

b) Liquidez Corrente: este índice relaciona quantos reais dispõem-se, imediatamente e conversíveis em curto prazo em dinheiro, com relação as obrigações também de curto prazo.

c) Liquidez Seca: Este é um indicador bastante exigente e muito adequado para se avaliar conservadoramente a situação de liquidez da empresa. Confronta o ativo circulante com o passivo circulante, porém o ativo circulante não é considerado na sua totalidade. Os estoques são subtraídos. Esta subtração é uma forma de eliminar riscos de realização desse ativo. Podemos considerá-lo como um índice mais rígido e até com excesso de conservadorismo, pois os estoques foram avaliados adequadamente.

d) Liquidez Imediata: Este índice representa o valor de quanto se dispõe imediatamente para saldar as dívidas de curto prazo. Demonstra a capacidade de pagamento de todo o passivo circulante com os recursos disponíveis no momento da análise. É ainda mais restritivo do que o índice de liquidez seca, pois confronta apenas as disponibilidades (Caixa, Bancos e Aplicações Financeiras de resgate imediato) com o total do passivo circulante.

Índices de Estrutura ou Endividamento: Estes índices relacionam as fontes de fundos entre si, procurando retratar a posição relativa do capital próprio com relação ao capital de terceiros. A finalidade básica desses indicadores é transformar em percentuais a participação dos valores dos principais grupos representativos do balanço patrimonial, bem como mensurar percentualmente sua relação com o capital próprio, representado pelo patrimônio líquido. Os índices de estrutura ou endividamento avaliam a composição e a aplicação dos recursos da empresa.

a) Índice de endividamento geral: exprime a posição relativa do capital próprio com relação ao capital de terceiros. Mostra a participação do capital de terceiros em relação ao total do passivo.

b) Composição do endividamento: indica a concentração dos recursos de terceiros devidos no curto prazo. Confronta o passivo circulante com o total de capital de terceiros.

c) Participação do capital de terceiros (Endividamento): estabelece uma relação entre o que a empresa deve a terceiros (passivo circulante e exigível a longo prazo) e os recursos dos sócios investidos na empresa, decorrendo o capital próprio (patrimônio líquido).

d) Imobilização do patrimônio líquido: as aplicações dos recursos do patrimônio líquido são mutuamente exclusivas do Ativo circulante e Ativo Imobilizado. Quanto mais a empresa investir no Ativo Permanente, menos recursos próprios sobrarão para o Ativo Circulante, e, em consequência, maior será a dependência a capitais de terceiros para o financiamento do Ativo Circulante.

e) Imobilização dos recursos não correntes: indica a relação entre os recursos próprios e os de longo prazo, com as destinações a investimentos permanentes no ativo. Os elementos do ativo permanente têm vida útil que pode ser de 2, 5, 10 ou 50 anos. Assim, não é necessário financiar todo o Imobilizado com recursos próprios. É perfeitamente possível utilizar recursos de longo prazo, desde que seja suficiente para a empresa gerar recursos capazes de resgatar as dívidas do longo prazo. Este índice não deve em regra ser superior a 100%. Ainda que a empresa quase tenha necessidade de ativo circulante, deve sempre existir um pequeno excesso de recursos não correntes em relação às imobilizações, destinado ao ativo circulante.

Os Índices **Econômicos** são aqueles que indicam os reflexos patrimoniais do resultado obtido durante o tempo através da atividade da entidade. Refletem as margens de lucro (rentabilidade), de retorno do capital investido, velocidade das operações realizadas, entre outros. Estão subdivididos em:

Índices de Rentabilidade ou de Retorno: Os índices de rentabilidade medem a capacidade de produzir lucro de todo o capital investido nos negócios. Não é só o capital próprio que gera lucro, pois todos os capitais aplicados no negócio, sejam eles próprios ou de terceiros, produzem lucro.

Normalmente são indicados em percentuais, assim, quando se refere a rentabilidade, apura-se o percentual de lucro produzido pelo total dos capitais investidos no ativo.

a) Margem Bruta: é a receita operacional básica de toda empresa que se dedica a venda de mercadorias e/ou a prestação de serviços. Ela relaciona o lucro bruto com as vendas líquidas. Evidencia basicamente o percentual das vendas líquidas que não foi consumido pelos custos de produção ou de aquisição das mercadorias e serviços.

b) Margem Operacional: confronta o lucro operacional com as vendas líquidas. Será voltada para o controle do volume das despesas operacionais e para medida do desempenho dos setores de administração e de vendas.

c) Margem Líquida: é a parcela do resultado positivo de que os empresários podem dispor, seja para retirar na forma de lucros distribuídos ou dividendos, seja para reforçar o Patrimônio Líquido na forma, por exemplo, de lucros acumulados ou reservas. Indica o quanto restou da receita gerada pela empresa após a dedução de todos os custos, gastos e despesas incorridos pela empresa.

Rentabilidade do Ativo: objetiva indicar a lucratividade em relação as aplicações que se destinou ao ativo total, ou seja, sobre recursos próprios e de terceiros, ou qual o percentual que essa relação representa. Seu resultado para efeito de análise financeira será considerado, quanto maior, melhor para a segurança da entidade.

Rentabilidade do Patrimônio Líquido: indica a lucratividade em relação aos capitais próprios, posicionando esses capitais diante de investimentos alternativos. Fornece a medida de rentabilidade do investimento dos proprietários, sócios ou acionistas na empresa, ou seja, quanto rendeu no ano o valor que os sócios mantiveram investido na empresa.

3 PROCEDIMENTOS METODOLÓGICOS

Nesta etapa apresentam-se os procedimentos metodológicos utilizados para obter as informações necessárias para conclusão deste estudo. São demonstrados a maneira que a amostra estudada foi selecionada e como os dados que foram coletados através dos Balanços Patrimoniais e Demonstração de Resultado do Exercício.

Quanto ao objetivo desta pesquisa a mesma se classifica como exploratória.

Conforme Andrade (2010) as finalidades da pesquisa exploratória são dispor mais informações sobre assuntos específicos; simplificar a delimitação de um tema de trabalho; determinar os objetivos e elaborar as hipóteses de uma pesquisa ou descobrir novo tipo de enfoque que se tem em mente. Através deste modelo de pesquisa verifica-se a possibilidade de desenvolver uma boa pesquisa sobre um assunto específico.

Esta pesquisa possui abordagem qualitativa. De acordo com Yin (2016) a pesquisa qualitativa permite estudos aprofundados sobre diversos tópicos, incluindo favoritos, em termos corriqueiros e menos complexos. Este modelo de pesquisa também oferecerá uma seleção mais ampla de temas onde outros métodos poderão ser mais limitados.

Para esse estudo foi utilizado o método para a coleta de dados, através do Balanço Patrimonial e Demonstração do Resultado Exercícios, fornecidos pela contabilidade da empresa

SOL, aonde será feito uma análise das informações obtidas comparando os resultados dos índices e das análises realizadas.

4 ANÁLISE DE DADOS

A análise ocorreu baseado nos dados extraídos das demonstrações financeiras obrigatórias, utilizando do conhecimento obtido através das bibliografias, aplicando dos dados nas fórmulas estipuladas como métodos da análise de balanço, tendo-se assim indicadores que expressem o resultado financeiro/ econômico da organização, podendo evidenciar o resultado final

Os dados utilizados para o estudo, são as demonstrações financeiras obrigatórias e padronizadas conforme a Lei 6404/76 alterada pela lei 11.638/2007. Matarazzo (2010, pg. 24) “A análise das Demonstrações financeiras exige conhecimento do que representa cada conta que nelas figura. Há uma infinidade de contas decorrentes de inúmeras operações realizadas por empresas...”.

Para a apresentação das análises, foram utilizados para extração dos dados o Balanço Patrimonial da Empresa SOL dos exercícios de 2017 e 2018. (Em anexo)

a) Análise Índices Financeiros

Para iniciar as investigações das informações financeiras da empresa SOL, foram calculados os índices financeiros para comprovação dos dados.

Liquidez Geral	2017	2018
A.C + A.N.C / PC + PNC	$39.733.390,01 + 11.174.597,62 / 5.269.766,41 + 1.227.107,44 = 7,85$	$45044630,03 + 9688516,47 / 6991360,85 + 557776,1 = 7,25$

Pelos estudos realizados, entende-se que o índice de liquidez geral, quando calculado for maior que o número 1, representa uma maior capacidade da empresa para pagamento das suas obrigações, nesse caso a empresa SOL apresentou em 2017 o índice de 7,85 e em 2018 o de 7,25, apesar da redução de um exercício para o outro a organização ainda possui uma alta capacidade de arcar com seus pagamentos.

Liquidez Corrente	2017	2018
A.C/ P.C	$39.733.390,01 / 5.269.766,41 = 7,53$	$45.044.630,03 / 6.991.360,85 = 6,44$

O Objetivo da liquidez corrente tem o intuito de demonstrar a liquidez a curto prazo da competência da entidade em liquidar suas dívidas, nesse caso o índice ultrapassa o valor 1, o mesmo apresentou um valor de grande representatividade de 7,53 em 2017 e 2018 6,44.

Liquidez Seca	2017	2018
A.C – Estoques/PC	$\frac{39.733.390,01 - 17.638.939,20}{5.269.766,41} = 4,19$	$\frac{45.044.630,03 - 20.308.751,98}{6.991.360,85} = 3,54$

A finalidade da liquidez seca é bem parecida com a corrente, porém excluindo a conta de estoques, e ele dá os dados da capacidade da empresa SOL honrar com seus pagamentos, sem a necessidade de liquidar seus estoques, nesse caso o menor índice foi no período de 2018, de 3,54, ainda excluindo seus produtos para venda e entidade possui grande potencial para pagamentos das suas obrigações.

Liquidez Imediata	2017	2018
Caixas e Equivalentes/P.C	$\frac{4.714.676,96}{6.991.360,85} = 0,67$	$\frac{4.461.827,21}{6.991.360,85} = 0,63$

Com a intenção de determinar se a entidade possui disponibilidades para a organização arcar com um pagamento de imediato, no ano de 2018 o índice se apresentou inferior ao nominal 1, sendo assim é possível determinar que a empresa não se encontra apta para competência de arcar com seus pagamentos em curto prazo.

Composição do Endividamento	2017	2018
P.C/ Capital de Terceiros	$\frac{5.269.766,41}{6.496.873,85} = 0,81$	$\frac{6.991.360,85}{7.549.136,95} = 0,92$

Com o intuito de informar o perfil das dívidas da entidade, esse indicador mede o volume das obrigações no curto prazo, de acordo com o cálculo realizado nesse caso em 2017 81% das dívidas da empresa SOL são de Curto Prazo, aumentando essa proporção de em 2018, para 92%.

Participação do Capital de Terceiros	2017	2018
P.C+P.N.C / Passivo Total	$\frac{5269766,41 + 1227107,44}{5269766,41 + 1227107,44 + 44411113,78} = 0,12$	$\frac{6.991.360,85 + 557776,1}{6991360,85 + 557776,1 + 47184009,55} = 0,13$

Entende-se nesse caso, que para cada R\$ 1,00 de recursos, 0,12 são dependentes de capital de terceiros, resumidamente o Capital de Terceiros financia 12% do Ativo em 2017 e no período de 2018, esse percentual se eleva para 1 ponto, ficando então 13%.

Imobilização do Patrimônio Líquido	2017	2018
Investimentos + imobilizado + intangível / Patrimônio Líquido	$\frac{1351677,25 + 9738163,36 + 30270,43}{44411113,78} = 0,25$	$\frac{9587974,96 + 28407,16}{47184009,55} = 0,20$

O índice apresentado em 2017, representa então no Índice de Imobilização do Patrimônio Líquido que significa que 25 % das disponibilidades da empresa SOL estão empregados no Ativo Não Circulante e esse índice diminui em 2018 para 20%, assim sendo possível determinar que nesse exercício 80% dos recursos próprios estão sendo aplicados em ativos realizáveis.

Imobilização dos Recursos Não Correntes	2017	2018
A.N.C / P.L+P.N.C	$\frac{11.174.597,62}{44.411.113,78 + 1227107,44} = 0,24$	$\frac{9688516,47}{47184009,55 + 557776,1} = 0,20$

De acordo com os estudos realizados nesse artigo, a Imobilização dos Recursos Não Correntes, relaciona-se a informação de qual o volume Imobilizado e de Longo prazo estão aplicados em ativos permanentes. Sendo então possível analisar que em 2018, 80% desses recursos, foram utilizados por ativos circulante.

b) Análise Horizontal da Demonstração do Resultado de Exercício

Através da análise Horizontal da Demonstração do Resultado de Exercício, foi possível levantar algumas contas que houveram alterações relevantes para se ter conhecimento da posição da empresa SOL, realizando a comparação entre o exercício de 2017 e 2018.

O aumento referente a Receita Bruta foi de 9%, consequentemente a conta de impostos sobre vendas e serviços teve uma alteração de 27% e o C.M.V (Custo de Mercadoria Vendida) 13%, em contrapartida as Despesas.

c) Análise Vertical da Demonstração do Resultado de Exercício

Para análise vertical foi utilizada a Receita Líquida como base das comparações das proporções em relação as contas, sendo possível identificar quais contas foram relevantes para formação do prejuízo ou lucro dos Períodos, nesse levantamento de dados, tanto no exercício de 2017 e 2018 as contas que tiveram maior relevância foram a de Despesas administrativos que em 2017 compunha 28% em relação ao total do ROL e 29% 2018, e também a de Custo de Mercadorias vendidas que apresentava o volume de 56% no exercício anterior e em 2018 de 60%. Sendo possível destacar além dessas proporções, que apesar do aumento da Receita Bruta o Resultado operacional líquido foi menor.

d) Análise Horizontal do Balanço Patrimonial

Mediante a análise horizontal podemos salientar algumas contas do ativo que houveram maiores alterações, as que obtiveram maior representatividade; como a de diretos realizáveis a longo prazo, localizada no Ativo Circulante, a conta em questão teve uma alteração de 15%, devido ao aumento nos estoques, de um período para outro.

Ainda no Ativo Circulante as contas de Caixa evidenciaram 73% de oscilação e a de e Banco Conta Movimento cerca de 208% de 2017 para 2018.

O Passivo Circulante também demonstrou alterações relevantes na análise horizontal como a de Fornecedores que teve uma mutação de 18%, Empréstimos e Financiamentos de 130 %, Impostos e contribuições sobre Receitas 699 %, Demais Contas a Pagar 99%, todas em relação ao exercício anterior. O Passivo Não circulante também demonstrou uma variação significativa como a de Empréstimos e Financiamento, que alterou cerca de 54%. E por fim o Patrimônio Líquido se elevou em 257% alusivamente a conta analítica de Distribuição de Dividendos.

Concluindo-se assim um aumento nas contas que tem disponibilidades Imediatas, porém aumentando Passivo Circulante e não Circulante, tornando dependente de Empréstimos e Financiamentos, além do alto gasto em com impostos.

Os estudos e dados levantados através dos índices apresentaram uma grande facilidade da empresa SOL realizar os seus pagamentos, porém com a utilização dos seus estoques, detalhe conhecido pelo cálculo do índice de liquidez seca, além do que foi possível através das análises Verticais e Horizontais que a empresa, apenas de ter tido uma evolução na Receita Operacional Líquida, também teve de arcar com despesas e Impostos, que acabou não alavancando o lucro da organização entre os períodos. E ainda que o valor de Caixas e Bancos também tenha evoluído, foi contraído empréstimos que elevaram o Passivo Circulante e Não Circulante. Nesse estudo é

possível afirmar para um investidor que a empresa tem um fluxo de caixa regular e para honrar com as suas dívidas, porém possui mais dificuldades a lidar com os pagamentos a curto prazo, e também da não dependência da organização em relação a Capital de Terceiros para arcar com as suas obrigações. Mediante a esses pontos é possível o gestor ter uma real noção das suas disponibilidades, e saber que passo tomar, uma vez que levantada todas as informações em relação a todo patrimônio da Organização.

5 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Este artigo teve como objetivo geral, verificar se a análise financeira contribui efetivamente como ferramenta na tomada de decisão na empresa SOL.

Com relação ao primeiro objetivo específico foi desenvolvido o referencial teórico relativo a questão de estudo, além de levantar dados para efetuar a análise financeira e demonstrar até onde que análise financeira contribui para que os gestores possam tomar decisões dentro de uma organização. Para tanto realizou-se uma pesquisa qualitativa, com os cálculos dos indicadores financeiros de liquidez e de endividamento, juntamente com as análises horizontais e verticais da Demonstração de Resultado de Exercício e também da Análise Horizontal do Balanço Patrimonial com a comparação dos períodos de 2017 e 2018. Extraídos da Contabilidade da empresa SOL, foi possível determinar que os dados levantados através dos índices, fornecem informações suficientes, para viabilização de investimentos, corte de gastos ou até mesmo para solicitações de créditos.

A Análise das Demonstrações Contábeis é uma importante ferramenta de auxílio aos gestores, pois possibilita uma melhor compreensão da saúde econômico-financeira da organização, além de emitir informações relevantes para a tomada de decisão.

Diante de todas as mudanças no mundo, os gestores precisam estar atentos e envolvidos na implementação de estratégias que visam o alcance de objetivos e do crescimento organizacional. E, através da análise das demonstrações contábeis, uma organização consegue fornecer aos seus gestores informações técnicas importantes para o processo de tomada de decisões.

REFERÊNCIAS

ANDRADE, Maria Margarida de. **Introdução à metodologia do trabalho científico : elaboração de trabalhos na graduação**. 10. ed. – São Paulo : Atlas, 2010.

ASSAF NETO, Alexandre. **Estrutura e Análise de Balanços. Um enfoque econômico-financeiro**. São Paulo; Atlas, 2007.

BLATT, Adriano. **Análise de Balanços**. São Paulo. Makron Books. 2001. 227 p.

IUDÍCIBUS, Sérgio de; MARTINS, Eliseu; GELBCKE, Ernesto Rubens. **Manual de Contabilidade da Sociedades por Ações** - FIECAFI. São Paulo: Atlas, 2009.

MARION. José Carlos. **Contabilidade Empresarial**. 14 ed. São Paulo. Atlas 2009. 523 p.

MARION, José Carlos. **Contabilidade empresarial**. 10.ed. SÃO PAULO: Atlas, 2003. 502p

MARION, José Carlos. **Análise das Demonstrações Contábeis**. 6.ed. São Paulo: Atlas, 2.010.
MATARAZZO, Dante Carmine. **Análise Financeira de Balanços**. 7 ed. São Paulo. Atlas. 2011.
371 p.

MATARAZZO, Dante C. **Análise financeira de balanços**. 6. ed. São Paulo: Atlas, 2009.

NASCIMENTO, A. M.; REGINATO, L. **Controladoria: um enfoque na eficácia organizacional**.
São Paulo: Atlas, 2007.

OLIVEIRA, L. M.; PEREZ JUNIOR, J. H.; SILVA, C. A. S. **Controladoria estratégica**. 3. ed. São
Paulo: Atlas, 2005.

PADOVEZE, Clóvis Luís; BENEDICTO, Gideon Carvalho. **Análise das Demonstrações
Financeiras**. 3 ed. São Paulo. Cengage Learning. 2011. 296p.

SCHIER, C. U. C. **Controladoria como instrumento de gestão**. 1ª ed. Curitiba: Juruá. (2007 P.
57)

SILVA, José Pereira. **Análise Financeira das Empresas**. 10 ed. São Paulo. Atlas 2010. 518 p.

YIN, Robert K. **Pesquisa qualitativa do início ao fim**. Porto Alegre: Penso, 2016.

Balço patrimonial consolidado de 01/01/2018 a 31/12/2018

Página: 1

Código	Classificação	Nome	2017	2018
19	1	ATIVO	50.907.987,63	54.733.146,50
27	1.1	ATIVO CIRCULANTE	39.733.390,01	45.044.630,03
35	1.1.1	CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA	4.714.676,96	4.461.827,21
43	1.1.1.01	CAIXA	76.150,56	131.789,26
60	1.1.1.02	BANCOS CONTA MOVIMENTO	512,80	1.630,86
108	1.1.1.03	APLICAÇÕES DE LIQUIDEZ IMEDIATA - FAF	4.638.013,60	4.305.126,59
100579	1.1.1.07	(-) RECEITAS FINANCEIRAS APROPRIAR	0,00	23.280,50
132	1.1.2	DIREITOS REALIZÁVEIS A CURTO PRAZO	34.944.710,03	40.500.891,34
100219	1.1.2.02	CLIENTES NACIONAIS	16.883.599,88	19.641.930,15
248	1.1.2.08	ADIANTAMENTOS	422.170,95	550.209,21
426	1.1.2.17	ESTOQUES	17.638.939,20	20.308.751,98
194845	1.1.3	IMPOSTOS A RECUPERAR/COMPENSAR	53.818,01	56.851,62
329	1.1.3.14	TRIBUTOS E CONTRIBUIÇÕES A COMPENSAR	53.818,01	56.851,62
566	1.1.4	DESPESAS DO EXERCÍCIO SEGUINTE	20.185,01	25.059,86
100409	1.1.4.01	SEGUROS/JUROS A APROPRIAR	20.185,01	23.575,20
639	1.1.4.03	DESPESAS ANTECIPADAS A APROPRIAR	0,00	1.484,66
663	1.3	ATIVO NÃO CIRCULANTE	11.174.597,62	9.688.516,47
671	1.3.1	ATIVO REALIZÁVEL A LONGO PRAZO	1.406.163,83	72.134,35
701	1.3.1.02	DEPÓSITOS JUDICIAIS	9.486,58	37.134,35
100212	1.3.1.05	TÍTULOS DE CAPITALIZAÇÃO	45.000,00	35.000,00
100642	1.3.1.08	APLICAÇÃO A LONGO PRAZO	1.351.677,25	0,00
817	1.3.3	IMOBILIZADO	9.738.163,36	9.587.974,96
825	1.3.3.01	BENS E DIREITOS EM USO	5.941.525,81	11.284.864,62
1066	1.3.3.02	BENS EM CONSTRUÇÃO	4.503.360,86	6.990,86
930	1.3.3.06	PARTICIPAÇÃO EM CONSÓRCIOS	1.105.655,43	754.131,68
957	1.3.3.07	(-) DEPRECIAÇÃO ACUMULADA	(1.812.378,74)	(2.458.012,20)
3930	1.3.4	ATIVO INTANGÍVEL	30.270,43	28.407,16
3948	1.3.4.01	BENS DE NATUREZA INTANGÍVEL	33.271,92	33.271,92
1023	1.3.4.02	(-) AMORTIZAÇÃO ACUMULADA	(3.001,49)	(4.864,76)
1163	2	PASSIVO	50.907.987,63	54.733.146,50
1171	2.1	PASSIVO CIRCULANTE	5.269.766,41	6.991.360,85
1180	2.1.01	FORNECEDORES	2.825.816,59	3.343.511,85
100004	2.1.01.01	FORNECEDORES	2.825.816,59	3.343.511,85
100458	2.1.010	OBRIGAÇÕES EM TRANSITO	0,00	6.715,43
100459	2.1.010.02	OBRIGAÇÕES/DIREITOS EM TRANSITO	0,00	6.715,43
1210	2.1.2	EMPRÉSTIMOS E FINANCIAMENTOS	886.778,49	2.041.251,96
1228	2.1.2.01	EMPRÉSTIMOS E FINANCIAMENTOS BANCÁRIOS	988.861,28	2.057.079,18
1252	2.1.2.02	CONSÓRCIOS A PAGAR	0,00	41.270,19
100259	2.1.2.03	(-) ENCARGOS FINANCEIROS A APROPRIAR	(102.082,79)	(57.097,41)
1260	2.1.3	OBRIGAÇÕES TRABALHISTAS	496.454,54	462.898,65
1279	2.1.3.01	FOLHA DE PAGAMENTO DE EMPREGADOS	142.494,15	153.488,88
100007	2.1.3.02	13 SAL. /FÉRIAS PROPORCIONAIS	161.242,69	162.431,20
1350	2.1.3.03	FOLHA DE PAGAMENTO DE DIRIGENTES	6.873,73	6.674,68
1376	2.1.3.04	ENCARGOS SOCIAIS A PAGAR	185.843,97	140.303,89
1465	2.1.4	OBRIGAÇÕES TRIBUTÁRIAS	468.852,83	528.028,72
1589	2.1.4.01	IMPOSTOS E CONTRIBUIÇÕES S/RECEITAS	63.857,02	510.307,40
1538	2.1.4.02	IMPOSTOS E CONTRIBUIÇÕES SOBRE O LUCRO	388.489,20	0,00
1473	2.1.4.04	IMPOSTOS RETIDOS A RECOLHER	16.506,61	17.721,32
1678	2.1.5	CONTAS A PAGAR	591.863,96	608.954,24
1732	2.1.5.02	DEMAIS CONTAS A PAGAR	100.535,26	569,17
100977	2.1.5.06	OBRIGAÇÕES PROVISIONADAS	491.328,70	608.385,07
1775	2.2	PASSIVO NÃO CIRCULANTE	1.227.107,44	557.776,10
1783	2.2.1	EMPRÉSTIMOS E FINANCIAMENTOS	1.227.107,44	557.776,10
1791	2.2.1.01	EMPRÉSTIMOS E FINANCIAMENTOS BANCÁRIOS	1.227.107,44	574.472,40
100331	2.2.1.05	(-) ENCARGOS FINANCEIROS A APROPRIAR	0,00	(16.696,30)
1902	2.4	PATRIMÔNIO LÍQUIDO	44.411.113,78	47.184.009,55
1910	2.4.1	CAPITAL	20.000,00	20.000,00
1929	2.4.1.01	CAPITAL SOCIAL	20.000,00	20.000,00
1953	2.4.2	RESERVAS	4.000,00	54.041,57
1961	2.4.2.01	RESERVAS DE CAPITAL	0,00	50.041,57
2003	2.4.2.02	RESERVAS DE LUCROS	4.000,00	4.000,00
2011	2.4.4	LUCROS OU PREJUÍZOS ACUMULADOS	44.387.113,78	47.109.967,98
2020	2.4.4.03	LUCROS OU PREJUÍZOS ACUMULADOS	37.017.112,68	44.246.068,69

2054	2.4.4.04	RESULTADO DO EXERCÍCIO	8.050.332,92	5.296.814,08
100979	2.4.4.05	DISTRIBUIÇÃO DE DIVIDENDOS	(680.331,82)	(2.432.914,79)

Demonstração do Resultado do Exercício Consolidado de 01/01/2018 a 31/12/2018

Página: 1

Código	Classificação	Nome	2018	2017
40	01	RECEITAS	64.676.118,72	58.829.450,10
41	01.1	RECEITA BRUTA	64.676.118,72	58.829.450,10
42	01.1.1	Receita com Vendas	64.676.118,72	58.829.450,10
5	03	(-)DEDUÇÕES DAS RECEITAS C/ VENDAS E SERVIÇOS	(8.142.392,83)	(6.503.367,72)
6	03.1	Devoluções e Abatimentos	(1.974.889,95)	(2.045.604,90)
7	03.2	Impostos s/ Vendas e Serviços	(6.167.502,88)	(4.457.762,82)
8	04	(=)RECEITA OPERACIONAL LIQUIDA (ROL)	56.533.725,89	52.326.082,38
9	05	CUSTOS MERCADORIAS/PRODUTOS	(34.672.693,78)	(29.610.265,83)
10	05.1	Custo das Mercadorias Vendidas	(34.171.121,47)	(29.610.265,83)
11	05.2	Custo dos Produtos Vendidos	(320.646,41)	0,00
13	05.4	Gastos Gerais de Fabricação	(180.925,90)	0,00
18	07	(=)RESULTADO OPERACIONAL BRUTO (ROB)	21.861.032,11	22.715.816,55
19	08	DESPESAS	(16.950.372,71)	(15.317.898,32)
20	08.1	Despesas Administrativas	(16.663.458,47)	(14.969.304,48)
22	08.3	Despesas Tributárias	(276.778,23)	(340.317,39)
23	08.4	Outras Despesas Operacionais	(10.136,01)	(8.276,45)
24	09	RESULTADO FINANCEIRO LIQUIDO	402.284,24	643.754,83
25	09.1	RECEITAS FINANCEIRAS	786.011,57	948.322,88
26	09.1.1	Receitas com atualizações	10.304,64	145.754,28
27	09.1.2	Ganhos com Aplicações Financeiras	477.656,17	574.591,72
28	09.1.3	Juros Ativos e Descontos Obtidos	2.340,67	70,80
45	09.1.4	Descontos Obtidos	291.420,79	227.906,08
48	09.1.5	Outras Receitas	4.289,30	0,00
29	09.2	DESPESAS FINANCEIRAS	(383.727,33)	(304.568,05)
30	09.2.1	Despesas com Atualizações	(76.530,12)	(17.239,89)
31	09.2.2	Despesas Financeiras	(307.197,21)	(287.328,16)
32	10	OUTRAS RECEITAS	(16.129,56)	8.659,86
46	10.1	Outras Receitas Diversas	11.570,44	13.620,28
33	10.2	Alienação de Imobilizado	130.000,00	16.000,00
34	10.3	(-)Dedução da Alienação de Imobilizado	(157.700,00)	(20.960,42)
39	13	RESULTADO LÍQUIDO DO EXERCICIO	5.296.814,08	8.050.332,92